



# ORBIS

Boletim Trimestral do  
LEPEB-UFF

---



**Vol.1 – Nº 2**  
**Abril-Junho/2023**  
**ISSN: 2965-2235**

## **Ecos de junho de 2013, dez anos depois: afastando ruídos e buscando ressonâncias**

Rafael Kritski\*

Fazer um balanço de junho de 2013 dez anos depois é um exercício perigoso. As manifestações reuniram diversos sujeitos sociais e políticos, que, na memória, sobrevalorizam sua experiência particular em relação aos sentidos gerais do fenômeno. Passada uma década, a sequência de protestos em si já se confunde com seus variados usos políticos e seus correspondentes chavões no debate público.

Algumas ideias precisam ser descartadas de antemão. A dimensão nacional de junho não se deu em solidariedade aos atingidos pela violência estatal no dia 13 daquele mês em São Paulo. Quem o diz desconsidera protestos de rua anteriores em diversos estados (TAVARES, RORIZ, OLIVEIRA, 2016), o pico de greves registrado naquele período (BRAGA, BIANCHI, 2017) e etc. Outra visão a ser descartada é sobre sua espontaneidade. Junho de 2013 surpreendeu como raio em céu azul, como disse Karl Marx n' *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*, mas não foi um evento que ocorreu sem antecedentes. Nesse sentido, o livro recente de Angela Alonso (2023) é assertivo ao tratar junho como resultante de tensões acumuladas durante uma década de governos liderados pelo Partido dos Trabalhadores (PT).

Alonso (2023, p. 10-12) classifica as principais tendências interpretativas sobre junho de 2013: a) uma que, optando por uma análise a partir da questão distributiva, identifica junho como resultado de uma crescente de expectativas após os ganhos materiais acumulados em 10 anos de governos petistas; b) outra que aponta as mobilizações como uma resposta à crise de representação; c) uma terceira, similar, que visualiza junho como uma inovação política, em termos de sujeito, forma de mobilização e pautas; d) e a última, que, traçando o desenvolvimento dos protestos, defende que as manifestações progressistas foram sequestradas pela direita. Eu adicionaria uma quinta, que prioriza aspectos exógenos e insere o ciclo de protestos num rol de ações favoráveis aos interesses estadunidenses. Apesar da diversidade de análises, Alonso identifica corretamente um vício de origem em comum (que se estende à quinta proposição): todas tratam junho de 2013 como um fenômeno unidirecional.

Além disso, como evidenciou-se acima, junho de 2013 foi e é uma agenda de pesquisa nas ciências sociais brasileiras. Muito foi produzido em diversas áreas sobre seus diferentes aspectos. Faz-se necessária revisão de literatura para evitar um pretensão ineditismo, quando, na verdade, muito foi publicado nesse ínterim. Trabalhos na área de

antropologia focalizando em sujeitos, discursos e identidades; na sociologia política, usos do arcabouço de Charles Tilly e Sidney Tarrow para se compreender junho como um ciclo de protestos; outros, da comunicação política, priorizando o debate sobre a presença de antigas e velhas mídias no processo; e por aí vai. Ou seja, para além das teses explicativas mais gerais citadas anteriormente, há um rico arcabouço bibliográfico sobre suas particularidades.

Consequentemente, considero que o maior desafio em olhar para as *jornadas de junho* uma década depois é não cair em reducionismo. Qualquer análise sobre o evento e seus desdobramentos tem de reconhecer, de partida, seu caráter polissêmico. A partir disso, este texto não tem a pretensão de construir uma análise definitiva sobre junho, mas de afastar um pouco da cacofonia produzida sobre o tema nesta década. Mais especificamente, sobre como se relaciona – ou não – com o impeachment de Dilma Rousseff e a ascensão da extrema-direita no Brasil e se podemos pensar em outros legados daquele processo.

### **Afastando ruídos: junho abriu as portas para o golpe de 2016?**

Uma de muitas resultantes dos protestos de junho foi a queda de aprovação do governo Dilma, que se tornou irrecuperável. A partir deste dado objetivo e considerando os principais eventos do conflito político como uma sequência linear, tornou-se comum – sobretudo entre dirigentes partidários e intelectuais vinculados ao Partido dos Trabalhadores – a afirmação de que ali teria se iniciado um ciclo que resultaria na derrubada da presidenta. Essa assertiva coaduna com a hipótese do “sequestro” das manifestações pela direita brasileira – ou até com raros trabalhos que suspeitam de uma orquestração internacional sobre os protestos, em que os participantes teriam sido manipulados num contexto de guerra híbrida (LEIRNER, 2020; UCHOA, 2020). A revista Focus Brasil, publicação da Fundação Perseu Abramo do PT, dedicou seu número 99 aos dez anos de junho e assim tratou o ciclo de protestos (FOCUS BRASIL, 2023).

Essa hipótese não se sustenta. Primeiramente, afastar o conspiracionismo é condição para se avançar na reflexão. Para Alonso (2023), gestaram-se conflitos em torno de questões redistributivas, das moralidades pública e privada e da violência estatal, tanto na agenda de segurança pública como de crimes de Estado cometidos durante a ditadura, e três campos – neossocialista, autonomista e patriota, considerando sua autoidentificação – disputaram as ruas em torno dessas pautas. Em segundo lugar, estudos empíricos evidenciam que os perfis demográficos dos manifestantes em junho de

2013 e pró-impeachment em 2015-16 são bastante distintos, mesmo que haja zonas de correspondência (TATAGIBA, 2017; TATAGIBA, GALVÃO, 2019).

Houve, evidentemente, uma catalisação em torno do governo federal, como esperado num ciclo de protestos espalhado em capitais estaduais e cidades médias de todo o país. Ainda assim, como identificam Tatagiba e Galvão (2019, p. 87), ao separar a avaliação governamental da avaliação partidária, o *antipetismo* era difuso e pouco presente em 2013. A partir daquele mês, inclusive, não só “governo e sistema político” se tornaram reivindicações comuns, mas também pautas progressistas dobraram sua presença em protestos (TATAGIBA, GALVÃO, 2019, p. 90).

Ainda, atribuir às manifestações a origem do movimento golpista é desconsiderar a organização prévia da direita brasileira. Camila Rocha (2019) identifica a rede de *think tanks* e espaços de sociabilidade virtual forjada ao longo da década anterior. Para Rocha (2019, p. 20-23; p. 26), junho de 2013 alterou estrutura de oportunidades políticas e, a partir de então, o contrapúblico ultraliberal pôde impactar a política nacional. Já do ponto de vista do ativismo de rua, Alonso (2023, p. 66) indica a constituição de um campo de direita, heterogêneo, com divergências em suas pautas, reunido sob o símbolo da bandeira nacional.

Portanto, atribuir às manifestações de junho a origem do movimento golpista é um erro. Pode-se afirmar, sim, que a direita brasileira esteve presente e suas pautas ganharam aderência em setores mais amplos da sociedade. Ainda, a centralidade da crítica ao sistema político, por um lado; e a resposta pouco efetiva do governo federal, por outro, resultaram em instabilidade governamental (KRITSKI, 2022).

Contudo, o amplo espectro presente em junho de 2013 cindiu em 2015: a direita brasileira, heterogênea, dissonante em diversas pautas, reuniu-se sob a direção única de derrubada do governo. Os outros campos, à esquerda, estiveram reunidos na defesa da continuidade do mandato de Dilma Rousseff. Porém, assim como no sistema político (ALONSO, 2023, p. 271-272), o protagonismo das ruas foi do campo patriota, gestando o clima para a consumação do golpe (KRITSKI, 2022).

### **Considerações finais: buscando ressonâncias de junho de 2013**

Junho de 2013 não foi a origem do golpe, mas ali esteve presente o campo que se mobilizou pelo impeachment. Por outro lado, como já ficou evidente, outros campos estavam lá – e absorveram impactos das pautas e formas organizativas de junho. As ocupações estudantis em escolas nos anos de 2015 e 2016, mesmo quando ligadas às

entidades representativas, se estruturaram, em sua maioria, em modelos autonomistas de gestão. De lá pra cá, as candidaturas de esquerda se renovaram: mais jovens, negros e negras, indígenas e representações de movimentos de luta por moradia. Portanto, a multiplicidade de sentidos de junho também acarretou em legados e inspirações múltiplas.

Se o Brasil virou à direita – expressão que nomeia livro de Jairo Nicolau – a partir de 2014, não se pode olhar apenas para junho. A operação Lava Jato e o golpismo entranhado no sistema político são variáveis determinantes nesse processo. A partir de junho, as ruas estiveram abertas para todos os campos – e a direita aproveitou a janela. A direita brasileira contemporânea, em sua forma bolsonarista, é fruto de sua lapidação ao longo dos anos, e não consequência das manifestações de junho.

No limite, quando se defende que o ciclo de protestos foi fruto de ou serviu a uma conspiração, há marcas de estatolatria e demofobia. Junho tornou-se um fantasma para quem se coloca aprioristicamente contra manifestações, considerando a possibilidade de desestabilização governamental – e aposta, conseqüentemente, na repressão estatal. A demofobia é preocupante, pois, num período em que as desestabilizações governamentais e golpes de Estado se fixaram novamente na agenda política, têm derrotado o golpismo justamente aqueles governantes que apostam na mobilização popular.

## Referências

ALONSO, Angela. **Treze: a política de rua de Lula a Dilma**. São Paulo: Companhia das Letras, 2023.

BRAGA, Ruy; BIANCHI, Alvaro. Depois de junho: qual futuro para uma esquerda pós-petista? In: MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. (org). **Encruzilhadas da Democracia**. Porto Alegre: Zouk, p. 65-88, 2017.

KRITSKI, Rafael. **O golpe de Estado no Brasil em 2016: uma análise a partir do conflito de classes**. São Paulo: Dialética, 2022.

LEIRNER, Piero C. **O Brasil no espectro de uma guerra híbrida**. São Paulo: Alameda editorial, 2020.

FOCUS BRASIL. Nº 99. Disponível em: [https://fpabramo.org.br/wp-content/uploads/2023/06/Focus\\_08Jun2023-1.pdf](https://fpabramo.org.br/wp-content/uploads/2023/06/Focus_08Jun2023-1.pdf). Acesso em: 12/06/2023.

ROCHA, Camila. “Imposto é roubo”: a formação de um contrapúblico ultraliberal e os protestos pró-impeachment de Dilma Rousseff. **Dados**, n. 63, v. 3, p. 1-42, 2019.

TATAGIBA, Luciana. Os protestos e a crise brasileira: um inventário inicial das direitas em movimento (2011-2016). **Sinais Sociais**, v. 11, n. 33, p. 71-98, 2017.

TATAGIBA, Luciana; GALVÃO, Andréia. Os protestos no Brasil em tempos de crise (2011-2016). **Opinião Pública**, v. 25, n. 1, p. 63-96, 2019.

TAVARES, F. M.; RORIZ, J. H. R.; OLIVEIRA, I. C. As jornadas de maio em Goiânia: para além de uma visão sudestecêntrica do junho brasileiro de 2013. **Opinião Pública**, v. 22., n. 1, p. 140-166, 2016.

UCHÔA, Marcelo Ribeiro. Lava Jato: guerra híbrida, lawfare e ataque à democracia no Brasil. **Sul Global**, n. 3, v. 1, p. 137-151, 2022.

---

\* Doutorando e mestre em Ciência Política pela Universidade Federal Fluminense (PPGCP-UFF). Foi professor substituto do Departamento de Ciências Sociais de Campos da UFF (COC-UFF) e professor de Sociologia da Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro (SEEDUC-RJ). Contato: [rafaelkritski@gmail.com](mailto:rafaelkritski@gmail.com)